



Reunião com Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
| 24 de Fevereiro 2021 | Online |

Memorando

SUSTENTABILIDADE DO REGADIO

Documento entregue pela **FENAREG** ao Senhor **Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Eng. Rui Manuel Costa Martinho**, na reunião de 24 de fevereiro de 2021, com a **proposta das medidas prioritárias para a sustentabilidade do regadio**.

O regadio e o armazenamento de água são decisivos para a sustentabilidade das explorações agrícolas e para a resiliência da agricultura nacional e europeia, respondendo aos desafios da segurança alimentar, da emergência climática e contribuindo para o desenvolvimento económico e coesão do território. As áreas de regadio são também indutoras de serviços de ecossistema, potenciando a biodiversidade, através de um mosaico de habitas e usos diversificados e complementares.

É assim importante implementar uma **política nacional de sustentabilidade do regadio**, que acompanhe a evolução do sector, responda aos atuais desafios da PAC e contribua para a recuperação económica e para a resiliência nacional e europeia.

Nesse sentido, a **FENAREG propõe a adoção de uma Estratégia Nacional para o Regadio (ENR)¹, uma visão de longo prazo para modernizar o regadio e para sustentabilidade da capacidade produtiva nacional, com ambiciosas metas ambientais**. Esta proposta está vertida no estudo que a Federação desenvolveu e apresentou à Senhora Ministra da Agricultura, no início de 2020, e que se desenvolve num conjunto de **7 eixos estratégicos**:

- 1. Aumentar a capacidade de armazenamento de água e de regularização interanual**
- 2. Expandir a área infraestruturada para rega**
- 3. Modernizar infraestruturas**
- 4. Melhores práticas de rega**
- 5. Rever modelos de tarifário e adequar legislação à nova realidade**
- 6. Reforçar a sustentabilidade ambiental do regadio**
- 7. Compatibilizar o ordenamento do território e conservação da natureza com a expansão das áreas regadas**

¹ Estudo disponível online em <http://www.fenareg.pt/fenareg-propoe-estrategia-de-longo-prazo-para-o-regadio-em-portugal/>

Para implementar esta estratégia, **serão necessários**, a médio prazo, **1.700 milhões de euros**. Para além dos apoios do regadio na **PAC**, a FENAREG indica os 750 milhões de euros previstos no **PN2030** para a modernização do regadio, valor apresentado antes da pandemia e dos consequentes impactos económicos, mas que sejam reforçados pelos diversos fundos estruturais disponíveis, concretamente a atual oportunidade de recorrer ao **Programa de Recuperação e Resiliência**.

Como ficou comprovado na última crise económica e na atual crise pandémica, a agricultura e o regadio são estruturantes para os nossos territórios, para a nossa economia e para a nossa sociedade, reforçando a prioridade do **Programa de Recuperação e Resiliência incluir também reforço ao investimento na agricultura e no regadio**. Em concreto, continua a existir uma lacuna nos apoios para **aumentar a capacidade de armazenamento de água** e para **aumentar a eficiência do uso da água e da energia na agricultura**. Por isso, a FENAREG destaca a importância destas questões serem reforçadas pelos fundos do Programa de Recuperação e Resiliência. Atualmente está previsto o apoio ao Plano de Eficiência Hídrica do Algarve, mas a FENAREG defende a sua abertura também ao Plano do Alentejo ou de outra região que venha a ser identificada. Em concreto os problemas de regularização hídrica na bacia do Tejo, para além do aproveitamento hidroagrícola do Pisão/Crato, uma das situações a integrar e que se encontrava referenciada na visão estratégica para o Plano.

A FENAREG apresentou já propostas nesse sentido ao Governo, que **reforçamos agora junto do Senhor Secretário de Estado**, para que sejam incluídas no atual período de consulta do Programa de Recuperação e Resiliência, a decorrer até 1 de março.

Outra prioridade que identificamos de grande importância para podermos dispor de um regadio mais sustentável no futuro é a **sustentabilidade energética**. O consumo de energia está relacionado com a otimização da rega, no uso mais eficiente da água. Temos de ser mais eficientes na utilização de energia, enquanto fator de produção caro e queremos contribuir para a **economia de carbono zero**. Gostaríamos de conhecer melhor o **apoio à energia e renováveis** anunciado pelo Ministério da Agricultura, no âmbito do “*Next Generation*”, com uma dotação prevista de 350 M€. Destacamos desde já relevante que venha a **abranger explorações agrícolas com instalações de rega**, mas também os aproveitamentos hidroagrícolas, através das **Associações de Regantes e Beneficiários**, tendo em conta os consumos significativos de energia dessas infraestruturas na rega e na drenagem, alinhados com a eficiência no uso da água e na necessidade de melhorar a eficiência energética destas instalações, com a complementação de fontes de energia convencionais com renováveis. Gostaríamos de conhecer também o que está previsto enquanto **comunidades energéticas para os sistemas coletivos de regadio**.

No contexto de apoios futuros da **eletricidade verde**, cujo apoio deverá ser revisto para níveis de 40 a 50% da fatura, nas condições de elegibilidade devem também ser incluídas as Associações de Regantes.

Em alternativa, para reduzir os custos fixos da fatura de energia, propomos a implementação de **contratos de eletricidade sazonais**, adequados à atividade da rega, com a possibilidade de **variar a potência contratada ao longo do ano**. É uma possibilidade que vigorou até à implementação da eletricidade verde em 1994 e que não interfere com a atual regra de *minimis*. Espanha tornou-a efetiva para a agricultura em maio de 2020 e em França sempre existiu.

Outro ponto que é urgente ser resolvido, mais por princípio do que pelo valor que representa, é a **isenção da contribuição audiovisual** com inclusão das Associações de Regantes nas isenções do Decreto-Lei n.º 107/2010.

Por último, entendemos que a **DGADR, para o pleno exercício das suas funções de Autoridade Nacional do Regadio**, entidade com vasto conjunto de competências técnicas e de base administrativa para a agricultura e para o regadio nacional, deverá ser **reforçada com meios humanos e financeiros**. A este nível, referimos o exemplo do desenvolvimento dos Planos de Eficiência Hídrica do Algarve e do Alentejo, com uma desigualdade de meios entre DGADR e APA e a abordagem que o Ministério do Ambiente tem tido nos últimos tempos, nomeadamente em matérias de regadio e de uso eficiente da água na agricultura, competências que deveriam ser exclusivamente da DGADR.

Enalteçamos a política do Ministério da Agricultura no que concerne ao regadio, assim como o papel histórico da DGADR, conhecedora de todas as infraestruturas hidráulicas dos aproveitamentos hidroagrícolas e tutela das Associações de Regantes. As suas **competências devem ser distintas em relação a qualquer outra entidade** e como garante do bom funcionamento das obras do Estado, com uma abertura de diálogo com as Associações de Regantes para que, em conjunto, se encontrem as melhores soluções para os aproveitamentos hidroagrícolas, tornando-se num parceiro imprescindível.

Neste âmbito, reforçamos o ofício previamente enviado ao Sr. Secretário de Estado e à Sra. Ministra, resultado da **preocupação manifestada pelas Associações de Regantes na última Assembleia geral da FENAREG** e como **ações urgentes**, as Associações instam que a DGADR, no exercício pleno das suas funções como Autoridade Nacional de Regadio, tome a iniciativa e promova:

- A elaboração e aprovação da revisão do regime jurídico dos aproveitamentos hidroagrícolas, adaptado à realidade atual das obras de rega, e;
- A revisão dos limites das áreas dos aproveitamentos hidroagrícolas, conferindo sustentabilidade a estes e às Associações concessionárias.

São ações que as Associações de Regantes e a FENAREG sinalizam como basilares nos aproveitamentos hidroagrícolas, para garantia da sua sustentabilidade futura e para adaptação destes à realidade atual.

Resumindo o presente memorando, a FENAREG apela ao Governo que estabeleça uma Estratégia Nacional para o Regadio, com uma visão de longo prazo para a sustentabilidade da capacidade produtiva nacional, conforme o estudo que a Federação desenvolveu e a cabimentação de 1.700 milhões de euros para a modernização do regadio nos diversos instrumentos financeiros disponíveis, nomeadamente na nova PAC, no PNI2030 e no Plano de Recuperação e Resiliência da Economia.

Esperamos que os nossos apelos sejam atendidos, como um sinal positivo à agricultura e a FENAREG apresenta toda a disponibilidade para contribuir para o desenvolvimento deste conjunto de medidas que consideramos essenciais para a sustentabilidade do regadio.

FENAREG é uma associação de utilidade pública, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, fundada em 2005, que agrupa entidades dedicadas à gestão da água para rega, tanto superficial como subterrânea, com o objetivo de unir esforços e vontades na defesa dos seus legítimos interesses e na promoção do desenvolvimento sustentável e da competitividade do regadio. Atualmente conta com 30 associados que representam mais de 27 mil agricultores regantes, que significa mais de 95% do regadio organizado nacional.

Contactos: Tel.: 962 055 519 / secretariado@fenareg.pt / www.fenareg.pt